

**TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE
ENERGIA S.A.**

Demonstrações Financeiras do Exercício
Encerrado em 31 de Dezembro de 2019

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado
em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo	Página
Relatório dos auditores independentes	03
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	08
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações de resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e acionistas da
TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

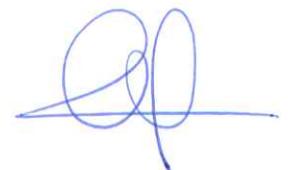
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2018

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas comparativamente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, com ênfase sobre: 1) Transações com partes relacionadas; 2) Renovação e/ou contratação de seguros; 3) Descumprimento de cláusulas contratuais de financiamentos; 4) Continuidade operacional; 5) Adoção do CPC 47 (IFRS 15); e, 6) Reestruturação administrativa. A emissão do relatório do auditor sem modificação datado de 25 de abril de 2018.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis (SC), 24 de abril de 2020.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9



Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios encerrados em 2019 e 2018

(em Milhares de Reais)

Ativo		2019	2018
Circulante		5.302	9.421
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.765	6.234
Ativo de concessão	5	1.969	1.764
Contas a receber - concessionárias	6	896	857
Demais contas a receber		672	566
Não circulante		85.505	83.505
Partes relacionadas	7	98	106
Ativo de concessão	5	85.407	83.399
Total do ativo		90.807	92.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Balanços Patrimoniais

Exercícios encerrados em 2019 e 2018

(em Milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido		2019	2018
Circulante		5.871	64.237
Fornecedores		31	11
Obrigações tributárias	8	2.221	1.374
Obrigações estimadas		345	295
Empréstimos e financiamentos	9	2.210	17.000
Partes relacionadas	7	-	45.534
Dividendos a pagar	10	1.059	-
Demais contas a pagar		5	23
Não circulante		43.383	12.563
Obrigações tributárias	8	225	612
Partes relacionadas	7	20.099	-
Empréstimos e financiamentos	9	10.488	-
Tributos diferidos	11	12.571	11.951
Patrimônio líquido		41.553	16.126
Capital social	12	38.146	20.350
Reserva de capital		6	-
Reserva legal		223	-
Reserva de lucros		3.178	-
Prejuízos acumulados		-	(4.224)
Total do passivo e patrimônio líquido		90.807	92.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A

Demonstrações de Resultado

Exercícios encerrados em 2019 e 2018

(em Milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional líquida	13	10.129	10.305
Custo operacionais	14	(726)	(414)
Lucro bruto		9.403	9.891
Receitas (despesas) operacionais		(634)	(733)
Despesas gerais e administrativas		(590)	(515)
Despesas tributárias		(44)	(229)
Outras despesas/receitas		-	11
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		8.769	9.158
Resultado financeiro líquido	15	(2.663)	(4.574)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		6.106	4.584
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(1.026)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(620)	(1.091)
Lucro líquido do exercício		4.460	3.493
Lucro líquido do exercício por ação (em R\$)		0,1169	0,1716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A

Demonstrações de Resultado Abrangentes

Exercícios encerrados em 2019 e 2018

(em Milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	4.460	3.493
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>4.460</u>	<u>3.493</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios encerrados em 2019 e 2018

(em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.350	-	-	-	(6.683)	13.667
Mudança política contábil	-	-	-	-	(1.034)	(1.034)
Lucro do líquido do exercício	-	-	-	-	3.493	3.493
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.350	-	-	-	(4.224)	16.126
Lucro do líquido do exercício	-	-	-	-	4.460	4.460
Reserva legal	-	-	223	-	(223)	-
Reserva de lucros	-	-	-	3.178	(3.178)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.059)	(1.059)
Integralização de capital	17.796	-	-	-	-	17.796
Constituição de reserva de capital	-	4.230	-	-	-	4.230
Compensação do prejuízo	-	(4.224)	-	-	4.224	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.146	6	223	3.178	-	41.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixas

Exercícios encerrados em 2019 e 2018

(em Milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.460	3.493
<i>Ajustes para reconciliar o lucro líquido/ (prejuízo) do exercício ao caixa utilizado nas atividades operacionais:</i>		
Amortização do ativo de concessão	8.777	8.458
Receita de remuneração do ativo de concessão	(9.491)	(9.144)
Receita de operação e manutenção	(1.499)	(1.444)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	1.284	2.051
Fiança bancária	343	531
Juros e IOF apropriados sobre mútuos	683	1.916
Imposto de renda e contribuição social diferidos	620	1.091
	<u>5.177</u>	<u>6.952</u>
(Aumento) /redução nos ativos		
Demais contas a receber	(145)	6.882
Depósitos Judiciais	-	27
Aumento/ (redução) nos passivos		
Fornecedores	20	(18)
Impostos e contribuições	847	826
Demais contas a pagar	704	(281)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>6.603</u>	<u>14.388</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Terceiros		
Empréstimos e financiamentos captados e pagos (líquido)	16.097	(4.370)
Dividendos a pagar	(1.059)	-
Partes relacionadas	(26.110)	(6.290)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(11.072)</u>	<u>(10.660)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.469)</u>	<u>3.728</u>
Demonstração da variação do caixa líquido		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.234	2.506
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.765	6.234
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.469)</u>	<u>3.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TPAE”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657.

A Companhia tem como acionistas a ProCable Energia e Telecomunicações S/A e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE - GT), que tem por principais responsabilidades pela concessão:

- ProCable: implantação do empreendimento, gerenciando todas as atividades de compras e contratações e a elaboração dos projetos;
- CEEE-GT: licenciamentos ambientais, fiscalização da obra e a operação e manutenção do empreendimento.

Em conjunto, pelo aporte de recursos para a implantação do projeto por meio da contratação de financiamentos e aporte de capital.

O principal objetivo da Companhia é melhorar e reforçar o sistema de transmissão e distribuição de energia no Município de Porto Alegre - RS.

Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

O investimento total foi de aproximadamente R\$ 75 milhões com uma receita anual líquida da RAP e garantida de R\$ 7.293, conforme estabelecido na resolução homologatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.918, de 23 junho de 2015, que é uma receita garantida por Contratos pela ANEEL e pelo ONS por meio dos quais todos os usuários (em torno de 220 empresas) do Sistema Integrado Nacional (SIN) farão pagamentos mensais para a TP AE. O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA.

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, apesar de atrasos, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

Durante o ano de 2019, houve uma reestruturação administrativa em todo o grupo Procable, acionista de 90,35% na TP AE e em deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) no dia 11 de janeiro de 2019, o Sr Fumitaka Nishimura renunciou ao cargo de Diretor-Presidente de ambas as companhias – Procable e TP AE.

Desde então, iniciou-se em verdadeiro esforço conjunto de seus dois sócios – Procable e CEEE GT, para eleição de sua nova diretoria e conselheiros.

Na deliberação datada de 23 de janeiro de 2019 em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) restou aprovado a substituição integral dos membros do Conselho de Administração da TP AE, que passou a ser composta pelos Srs. Akihide Hashimoto, Masataka Mito e Leandro Inácio Rippel para os cargos de Presidente do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho de Administração, respectivamente.

Não obstante, o novo Conselho de Administração deliberou, em reunião no dia 28 de janeiro de 2019, pela destituição da Sra. Diana Sanea Kubota do cargo de Diretora da Companhia e eleição dos Srs. Akihide Hashimoto para o cargo de Diretor Presidente, Leandro da Silva Pereira para o cargo de Diretor e aprovação da indicação do Sr. Yasou Takeuchi, também, para o cargo de Diretor. Após os procedimentos de praxe, os documentos foram protocolados junto a Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS) sob os nºs 19/073.936-3 e 19/079.739-8, respectivamente, para seu efetivo registro público.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As estimativas envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, pois representa as condições principais de operação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.5. Autorização e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 16 de janeiro de 2020.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros

Classificação e Mensuração

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Ativos financeiros

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Ativo de Contrato

As concessões da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Ativo de contrato é um direito da Companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente. Se a Companhia concluir o desempenho por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes, que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar o contrato como ativo de contrato, excluindo quaisquer valores apresentados como recebível. A Companhia deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9/CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do IFRS 9/CPC 48.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

3.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (“impairment”). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Com a adoção do CPC 47, a Companhia deixou de registrar o ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação tributária em vigor, por meio do regime de apuração do lucro real. A alíquota do imposto de renda calculado é de 25% e 9% para a contribuição social.

3.6 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7 Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre a Companhia e seus acionistas eram atualizados pelos encargos contratados e em 2019 foram convertidas em aumento de capital.

As transações de compras e vendas de produtos e contratação de serviços que em 31/12/2019 totalizam R\$ 20.099 são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

3.8 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

3.8.1 Receita de transmissão de energia elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de construção de infraestrutura;
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão.

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção;
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão.

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos e pelo regime de competência.

Os custos dos empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.10 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

b) Momento de reconhecimento do ativo de concessão

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

c) Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

d) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 R1 (IAS 11) e CPC 30 R1 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura acrescido de determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

e) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	849	1.998
Aplicações financeiras	916	4.236
	<u>1.765</u>	<u>6.234</u>

5. Ativo de concessão

O contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União - Poder Concedente e a TPAE regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, e estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica CPC 01 - Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Receita de construção (infraestrutura) da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da TPAE é, ou será, recuperada por meio do fluxo de caixa da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

A partir de 1º de janeiro de 2018, o ativo financeiro passou a ser classificado como ativo de concessão, sendo os ajustes demonstrados conforme movimentação abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	76.912
(+) Mudança política contábil	6.121
(+/-) Receita (despesa) de remuneração dos ativos da concessão	9.144
(+) Receita operação e manutenção (O&M)	1.444
(-) Faturamento da receita anual permitida (RAP)	(10.227)
(+) Provisão de performance	1.769
Saldo em 31 de dezembro de 2018	85.163
Em 2019:	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	85.163
(+/-) Receita (despesa) de remuneração dos ativos da concessão	9.491
(+) Receita operação e manutenção (O&M)	1.499
(-) Faturamento da receita anual permitida (RAP)	(9.472)
(+) Provisão de performance	688
(+) Receita de construção	104
(-) Revisão de premissas	(97)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	87.376
Ativo de concessão amortizável - circulante	1.969
Ativo de concessão amortizável - não circulante	78.699
Ativo de concessão indenizável - não circulante	6.708
	87.376

Em 02 de dezembro de 2013, por meio Carta ONS e Termo de liberação definitivo para operação integrada à Rede Básica do Sistema Integrado Nacional (SIN), a Companhia iniciou suas operações em 22 de novembro de 2013.

Em fevereiro de 2014 houve a unitização do ativo imobilizado, que consiste em cadastrar fisicamente todos os bens da Companhia segundo a Resolução Normativa nº 367/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), levando-se em conta principalmente os Tipos de Unidades de Cadastro (TUCs), as Unidades de Adições e Retiradas (UARs) e os demais atributos, e apropriá-los devido os lançamentos contábeis, este controle atende as demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

6. Contas a receber de concessionárias

	2019			2018		
	Saldos vincendos	Saldos vencidos	Total	Saldos vincendos	Saldos vencidos	Total
Encargos de uso da transmissão faturados	862	34	896	775	82	857
	<u>862</u>	<u>34</u>	<u>896</u>	<u>775</u>	<u>82</u>	<u>857</u>

7. Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas são compostos por valores a receber e a pagar com as Companhias que fazem parte do quadro societário:

	2019	2018
Ativo não circulante		
CEEE-D	98	106
	<u>98</u>	<u>106</u>
Passivo circulante		
Procable Energia e Telecom. S.A. - Contas a pagar(a)	20.099	22.684
Procable Energia e Telecom. S.A. - Mútuo (b)	-	21.668
Procable Energia e Telecom. S.A. - Reemb. de despesas (c)	-	841
CEEE-GT	-	341
	<u>20.099</u>	<u>45.534</u>
Circulante	-	45.534
Não circulante	20.099	-

Do saldo apresentando:

(a) o montante de R\$ 20.099 (R\$ 22.684 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato de empreitada global para implantação da linha transmissão, firmado em 01 de setembro de 2009. Até 31 de dezembro de 2014 o saldo era corrigido a taxa de juros 1% a.m. mais a variação do IGPM, em 01 de janeiro de 2015 aditaram o contrato alterando as condições de remuneração, e a partir desta data incidiu sobre o saldo da dívida juros de 0,5% a.m. Em 2019 o montante de R\$ 3.230 da dívida foi liquidada e ocorreu o aumento de R\$ 645 referente á transferência da dívida com a CEEE-GT para a Procable, conforme acordo entre ambas.

b) O montante R\$ 21.668 em 31 de dezembro de 2018 refere-se à movimentação financeira efetuada entre as empresas do grupo que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso. Até 31 de dezembro de 2014 o saldo era corrigido a taxa de juros 1% a.m. mais a variação do CDI, em 01 de janeiro de 2015 aditaram o contrato alterando as condições de remuneração, e a partir desta data incidirão sobre o saldo da dívida juros de 0,5% a.m. Esta dívida foi quitada em 2019, sendo R\$ 242 mil com pagamento e R\$ 22.026 com aumento e reserva de capital.

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

c) O montante de R\$ 841 de dezembro de 2018 refere-se a notas de débito a pagar, sem incidência de juros e foi quitado durante o ano de 2019.

8. Obrigações tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRRF sobre mútuo	1.008	926
COFINS parcelamento	513	837
PIS parcelamento	98	160
COFINS	56	49
PIS	12	11
IRPJ	564	-
CSLL	193	-
Outros impostos	2	3
	<u>2.446</u>	<u>1.986</u>
Circulante	2.221	1.374
Não circulante	225	612

9. Empréstimos e financiamentos

9.1. Composição

As operações de financiamento estão relacionadas a contratos de empréstimos, conforme composição a seguir:

	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa efetiva anual</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Moeda nacional			<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Capital de giro – CDI	Jan/26	11,34%	12.590	14.614
Fiança Bancária	Set/20	10,00%	108	2.386
			<u>12.698</u>	<u>17.000</u>
Circulante			2.210	17.000
Não circulante			10.488	-

A operação de financiamento do BNDES destina-se a implantação da linha de transmissão da TPAE, com extensão aproximada de 11 km na Cidade de Porto Alegre, conforme objeto de Contrato de Concessão nº 019/2009 – ANEEL. O valor total do crédito em aberto é de R\$ 12.590 e o prazo de pagamento é até 15 de janeiro de 2026.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

Em julho de 2013 foi autorizado pelo Banco do Estado do Rio Grande Sul S.A. (Banrisul) o crédito de US\$ 1.322 mil (equivalente a R\$ 2.928), o valor principal do financiamento terá data de vencimento para o pagamento em 17 de janeiro de 2014 estando sujeito à incidência de juros de 4,7% ao ano. Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato a Procable Energia e Telecomunicações S.A. é denominada fiadora.

9.2. Amortização da dívida

A seguir demonstramos o vencimento das parcelas do financiamento (principal e encargos):

<u>Vencimento</u>	<u>2019</u>
2020	2.210
2021	2.063
2022	2.063
2023	2.063
Acima de 2023	4.299
	<u>12.698</u>

9.3. Covenants

Em 26 de julho de 2019, a Companhia recebeu anuência do BNDES declarando que todas as obrigações contratuais estão sendo cumpridas. Fato que se deve aos esforços de reestruturação: (i) contratação de seguro patrimonial, (ii) conversão do mútuo financeiro em aumento de capital (iii) atendimento dos índices de cobertura do serviço de dívida e índice de capital próprio.

10. Dividendos a pagar

O saldo dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019, representam os dividendos mínimos obrigatórios (25%). O cálculo da destinação dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2019 ocorreu da seguinte forma:

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	4.460
(-) Reserva legal 5%	<u>(223)</u>
Base para dividendos	<u>4.237</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>1.059</u>

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e contribuição social no resultado estão assim apresentados:

	2019	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.026)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(620)	(1.091)
	(1.646)	(1.091)

O imposto de renda e contribuição diferido está assim demonstrado:

Natureza	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Base de cálculo até dez/2017	10.898	10.898	10.898	10.898
Receita de transmissão até 2017	(22.738)	(22.738)	(22.738)	(22.738)
Exclusão receita financeira até 2017 - mudança CPC 47	43.783	43.783	43.783	43.783
Exclusão receita financeira 2018	9.144	9.144	9.144	9.144
Adição média da receita financeira do contrato – 2018	(5.936)	(5.936)	(5.936)	(5.936)
Exclusão receita financeira 2019	9.440	9.440	-	-
Adição média da receita financeira do contrato – 2019	(6.212)	(6.212)	-	-
Ajuste ref. atualização média do contrato	(1.405)	-	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	36.974	36.974	35.151	35.151
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos passivo não circulante	9.243	3.328	8.787	3.164

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social autorizado é de R\$ 38.146 e R\$ 20.350, respectivamente, representado por ações nominativas no valor unitário de R\$ 1,00, como segue:

	2019		
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
Procable (*)	34.465.143	34.465	90,35%
CEEE-GT (**)	3.681.114	3.681	9,65%
	38.146.257	38.146	100,00%

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

	2018		
	Subscrito/Integralizado		
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
Procable (*)	16.280.000	16.280	80,00%
CEEE-GT (**)	4.070.000	4.070	20,00%
	20.350.000	20.350	100,00%

(*) Procable Energia e Telecomunicações S.A.

(**) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Em 17 de maio de 2019 ocorreu o aumento de capital social, no valor de R\$ 17.796 e reserva de capital de R\$ 4.230 através da integralização do saldo de mútuo passivo da Procable, aumentando assim sua participação no capital da Companhia.

13. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita de remuneração dos ativos da concessão	9.491	9.144
Receita de operação e manutenção (O&M)	1.499	1.444
Receita de construção	104	-
Provisão de performance	688	1.769
Revisão de premissas	(97)	-
Impostos sobre a receita	(876)	(1.462)
Encargos regulamentares	(680)	(590)
	10.129	10.305

14. Custos operacionais

	2019	2018
Custos com prestadores de serviços	(528)	(352)
Mensalidade O.N.S	(20)	(13)
Custo de construção/ (infraestrutura)	(170)	(49)
Materiais	(8)	-
	(726)	(414)

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

15. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto por rendimentos de aplicações financeiras, despesas financeiras de banco, atualizações de contas a pagar, entre outros conforme demonstrado a seguir.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	69	63
Juros e multas recebidos	28	9
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(4)	(3)
	<u>93</u>	<u>69</u>
Despesas financeiras		
Multa e juros s/ operações com partes relacionadas	(548)	(1.587)
Multas contratuais	(261)	-
Encargos s/ empréstimos	(1.284)	(2.051)
Juros e multas	(105)	(73)
Fiança bancária	(343)	(531)
Despesas bancárias	(64)	(59)
IOF	(135)	(329)
Outros	(16)	(13)
	<u>(2.756)</u>	<u>(4.643)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.663)</u>	<u>(4.574)</u>

16. Cobertura de seguros

Em 29/03/2019 a Companhia contratou o seguro compreensivo empresarial com a FairFax Brasil Seguros Cooperativos S.A, com vigência até 29/03/2020.

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

b. Valor justo

O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

18. Fatores de Riscos

(a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes de contas a receber de concessionárias e permissionárias, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo:

- (i) Contas a receber de concessionárias e permissionárias: a Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados à rede básica.
- (ii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo: risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

(b) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

(c) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(d) Riscos de mercado

- (i) Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores em milhares de reais)

(ii) Risco de preço: As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada cinco anos, limitada a três revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

(e) Risco de regulamentação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia, assim como nas demais companhias de transmissão.

(f) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem um contrato de financiamento, com cláusulas restritivas “*covenants*” normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico financeiros, geração de caixa e outros.

19. Evento Subsequente

A respeito do COVID-19, desde 31/12/2019 até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras em 24 de abril de 2020, não ocorreram fatos decorrentes que pudessem afetar as Demonstrações Financeiras.

Não obstante, a Companhia vem acompanhando a evolução da pandemia no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores, adotando procedimentos preventivos quanto ao relacionamento com terceiros, viagens e reuniões, bem como, os efeitos no nosso mercado de atuação até então identificados.

Apesar de haver efetiva preocupação sobre os possíveis efeitos que possam vir a ocorrer, não há, no momento, evidência de que estes eventos possam vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Não ocorreram outros eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das Demonstrações Financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

* * *